

# SUMÁRIO – VOLUME 1

LÍNGUA PORTUGUESA.....	11
■ <b>COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS</b> .....	11
■ <b>RECONHECIMENTO DE TIPOS E GÊNEROS TEXTUAIS</b> .....	15
■ <b>DOMÍNIO DA ORTOGRAFIA OFICIAL</b> .....	19
■ <b>DOMÍNIO DOS MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL</b> .....	21
EMPREGO DE ELEMENTOS DE REFERENCIAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPETIÇÃO, DE CONECTORES E DE OUTROS ELEMENTOS DE SEQUENCIAÇÃO TEXTUAL .....	21
EMPREGO DE TEMPOS E MODOS VERBAIS .....	22
■ <b>DOMÍNIO DA ESTRUTURA MORFOSSINTÁTICA DO PERÍODO</b> .....	25
EMPREGO DAS CLASSES DE PALAVRAS .....	25
RELAÇÕES DE COORDENAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO E RELAÇÕES DE SUBORDINAÇÃO ENTRE ORAÇÕES E ENTRE TERMOS DA ORAÇÃO .....	35
EMPREGO DOS SINAIS DE PONTUAÇÃO .....	39
CONCORDÂNCIA VERBAL E NOMINAL .....	40
REGÊNCIA VERBAL E NOMINAL .....	46
EMPREGO DO SINAL INDICATIVO DE CRASE .....	47
COLOCAÇÃO DOS PRONOMES ÁTONOS .....	49
■ <b>REESCRITA DE FRASES E PARÁGRAFOS DO TEXTO</b> .....	51
SIGNIFICAÇÃO DAS PALAVRAS .....	51
SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU DE TRECHOS DE TEXTO.....	53
REORGANIZAÇÃO DA ESTRUTURA DE ORAÇÕES E DE PERÍODOS DO TEXTO E REESCRITA DE TEXTOS DE DIFERENTES GÊNEROS E NÍVEIS DE FORMALIDADE.....	55
■ <b>CORRESPONDÊNCIA OFICIAL (CONFORME MANUAL DE REDAÇÃO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA)</b> .....	58
ASPECTOS GERAIS DA REDAÇÃO OFICIAL .....	61
FINALIDADE DOS EXPEDIENTES OFICIAIS.....	64
ADEQUAÇÃO DA LINGUAGEM AO TIPO DE DOCUMENTO.....	70
ADEQUAÇÃO DO FORMATO DO TEXTO AO GÊNERO .....	77

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO .....	91
■ NOÇÕES DE ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	91
CENTRALIZAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	91
CONCENTRAÇÃO E DESCONCENTRAÇÃO .....	91
ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.....	93
Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista .....	93
■ ATO ADMINISTRATIVO.....	100
CONCEITO .....	100
REQUISITOS .....	100
ATRIBUTOS .....	102
CLASSIFICAÇÃO.....	103
ESPÉCIES .....	104
■ AGENTES PÚBLICOS .....	104
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS APLICÁVEIS E DISPOSIÇÕES DOUTRINÁRIAS.....	104
■ LEGISLAÇÃO PERTINENTE: LEI Nº 8.112, DE 1990 E SUAS ALTERAÇÕES.....	104
CONCEITO E ESPÉCIES .....	104
CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICA.....	105
■ PODERES ADMINISTRATIVOS.....	117
PODER HIERÁRQUICO .....	117
PODER DISCIPLINAR.....	118
PODER REGULAMENTAR .....	119
PODER DE POLÍCIA.....	120
USO E ABUSO DO PODER .....	121
■ LICITAÇÃO .....	121
PRINCÍPIOS, CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, MODALIDADES, TIPOS, PROCEDIMENTO .....	121
■ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	171
CONTROLE EXERCIDO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	173
CONTROLE JUDICIAL.....	173
CONTROLE LEGISLATIVO .....	174

■ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....	176
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NO DIREITO BRASILEIRO.....	177
Responsabilidade por Ato Comissivo e por Omissão Estado .....	177
Requisitos para a Demonstração da Responsabilidade do Estado.....	178
Causas Excludentes e Atenuantes da Responsabilidade do Estado .....	178
■ REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO .....	179
CONCEITO .....	179
PRINCÍPIOS EXPRESSOS E IMPLÍCITOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	179
NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL.....	185
■ DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS.....	185
DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS .....	185
Garantias Constitucionais Individuais, Garantias dos Direitos Coletivos, Sociais e Políticos, Direito à Vida, à Liberdade, à Igualdade, à Segurança e à Propriedade .....	185
DIREITOS SOCIAIS.....	200
NACIONALIDADE .....	206
CIDADANIA E DIREITOS POLÍTICOS .....	208
PARTIDOS POLÍTICOS.....	211
■ PODER EXECUTIVO .....	214
FORMA E SISTEMA DE GOVERNO.....	214
CHEFIA DE ESTADO E CHEFIA DE GOVERNO .....	214
■ DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS .....	216
SEGURANÇA PÚBLICA E ORGANIZAÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA.....	216
■ ORDEM SOCIAL .....	217
BASE E OBJETIVOS DA ORDEM SOCIAL .....	217
SEGURIDADE SOCIAL.....	217
MEIO AMBIENTE.....	220
FAMÍLIA, CRIANÇA, ADOLESCENTE, IDOSO.....	220
ÍNDIO.....	221

NOÇÕES DE DIREITO PENAL.....	225
■ PRINCÍPIOS BÁSICOS .....	225
■ APLICAÇÃO DA LEI PENAL .....	230
A LEI PENAL NO TEMPO .....	230
A LEI PENAL NO ESPAÇO .....	234
Territorialidade e Extraterritorialidade da Lei Penal .....	234
TEMPO DO CRIME .....	234
LUGAR DO CRIME .....	235
■ O FATO TÍPICO E SEUS ELEMENTOS .....	236
CRIME CONSUMADO E TENTADO .....	236
ILICITUDE E CAUSAS DE EXCLUSÃO .....	239
EXCESSO PUNÍVEL .....	240
■ CRIMES CONTRA A PESSOA .....	240
■ CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO .....	271
■ CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA .....	297
■ CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA .....	310
■ INQUÉRITO POLICIAL .....	344
HISTÓRICO.....	344
NATUREZA .....	344
CONCEITO .....	345
FINALIDADE .....	345
CARACTERÍSTICAS.....	345
FUNDAMENTO .....	346
TITULARIDADE.....	346
GRAU DE COGNIÇÃO .....	346
VALOR PROBATÓRIO.....	347
FORMAS DE INSTAURAÇÃO .....	347
NOTITIA CRIMINIS E DELATIO CRIMINIS .....	349
PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS.....	349
INDICIAMENTO.....	350

GARANTIAS DO INVESTIGADO .....	351
CONCLUSÃO .....	351
■ PROVA .....	352
PRESERVAÇÃO DE LOCAL DE CRIME .....	352
REQUISITOS E ÔNUS DA PROVA .....	352
NULIDADE DA PROVA .....	354
DOCUMENTOS DE PROVA .....	355
RECONHECIMENTO DE PESSOAS E COISAS .....	355
ACAREAÇÃO .....	355
INDÍCIOS .....	355
BUSCA E APREENSÃO .....	356
■ RESTRIÇÃO DE LIBERDADE .....	356
PRISÃO EM FLAGRANTE.....	356

# SUMÁRIO – VOLUME 2

RACIOCÍNIO LÓGICO.....	9
■ ESTRUTURAS LÓGICAS E LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO: ANALOGIAS, INFERÊNCIAS, DEDUÇÕES E CONCLUSÕES .....	9
■ LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL) .....	19
PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS .....	19
TABELAS VERDADE .....	22
EQUIVALÊNCIAS.....	26
LEIS DE MORGAN .....	30
DIAGRAMAS LÓGICOS .....	32
■ LÓGICA DE PRIMEIRA ORDEM .....	32
■ PRINCÍPIOS DE CONTAGEM E PROBABILIDADE.....	36
■ OPERAÇÕES COM CONJUNTOS .....	41
■ RACIOCÍNIO LÓGICO ENVOLVENDO PROBLEMAS ARITMÉTICOS, GEOMÉTRICOS E MATRICIAIS .....	46
INFORMÁTICA .....	77
■ CONCEITO DE INTERNET E INTRANET .....	77
■ CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE TECNOLOGIAS, FERRAMENTAS, APLICATIVOS E PROCEDIMENTOS ASSOCIADOS A INTERNET/INTRANET .....	77
FERRAMENTAS E APLICATIVOS COMERCIAIS DE NAVEGAÇÃO, DE CORREIO ELETRÔNICO, DE GRUPOS DE DISCUSSÃO, DE BUSCA, DE PESQUISA E DE REDES SOCIAIS .....	77
NOÇÕES DE SISTEMA OPERACIONAL (AMBIENTE LINUX E WINDOWS) .....	88
ACESSO À DISTÂNCIA A COMPUTADORES, TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO E ARQUIVOS, APLICATIVOS DE ÁUDIO, VÍDEO E MULTIMÍDIA .....	105
EDIÇÃO DE TEXTOS, PLANILHAS E APRESENTAÇÕES (AMBIENTES MICROSOFT OFFICE E LIBREOFFICE).....	108
■ REDES DE COMPUTADORES .....	138
■ CONCEITOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA .....	147
NOÇÕES DE VÍRUS, WORMS E PRAGAS VIRTUAIS .....	150
APLICATIVOS PARA SEGURANÇA (ANTIVÍRUS, FIREWALL, ANTI-SPYWARE ETC.) .....	159
■ COMPUTAÇÃO NA NUVEM (CLOUD COMPUTING) .....	164

■ FUNDAMENTOS DA TEORIA GERAL DE SISTEMAS .....	168
■ SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	169
FASES E ETAPAS DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO .....	169
■ TEORIA DA INFORMAÇÃO .....	172
CONCEITOS DE INFORMAÇÃO, DADOS, REPRESENTAÇÃO DE DADOS, DE CONHECIMENTOS, SEGURANÇA E INTELIGÊNCIA .....	172
■ BANCO DE DADOS .....	179
BASE DE DADOS, DOCUMENTAÇÃO E PROTOTIPAÇÃO .....	179
MODELAGEM CONCEITUAL: ABSTRAÇÃO, MODELO ENTIDADE RELACIONAMENTO, ANÁLISE FUNCIONAL E ADMINISTRAÇÃO DE DADOS .....	184
DADOS ESTRUTURADOS E NÃO ESTRUTURADOS .....	189
BANCO DE DADOS RELACIONAIS: CONCEITOS BÁSICOS E CARACTERÍSTICAS .....	191
CHAVES E RELACIONAMENTOS .....	194
NOÇÕES DE MINERAÇÃO DE DADOS: CONCEITUAÇÃO E CARACTERÍSTICAS.....	194
NOÇÕES DE APRENDIZADO DE MÁQUINA .....	198
NOÇÕES DE BIGDATA: CONCEITO, PREMISSAS E APLICAÇÃO .....	200
■ REDES DE COMUNICAÇÃO.....	201
INTRODUÇÃO A REDES (COMPUTAÇÃO/TELECOMUNICAÇÕES).....	201
CAMADA FÍSICA, DE ENLACE DE DADOS E SUBCAMADA DE ACESSO AO MEIO.....	203
NOÇÕES BÁSICAS DE TRANSMISSÃO DE DADOS: TIPOS DE ENLACE, CÓDIGOS, MODOS E MEIOS DE TRANSMISSÃO.....	205
■ REDES DE COMPUTADORES: LOCAIS, METROPOLITANAS E DE LONGA DISTÂNCIA .....	207
TERMINOLOGIA E APLICAÇÕES – TOPOLOGIAS .....	208
MODELOS DE ARQUITETURA (OSI/ISO E TCP/IP) E PROTOCOLOS.....	211
INTERCONEXÃO DE REDES, NÍVEL DE TRANSPORTE .....	213
■ NOÇÕES DE PROGRAMAÇÃO PYTHON E R .....	213
■ API (APPLICATION PROGRAMMING INTERFACE) .....	232
■ METADADOS DE ARQUIVOS .....	234
CONTABILIDADE GERAL .....	239
■ CONCEITOS, OBJETIVOS E FINALIDADES DA CONTABILIDADE .....	239

■ PATRIMÔNIO .....	239
COMPONENTES.....	239
EQUAÇÃO FUNDAMENTAL DO PATRIMÔNIO .....	240
REPRESENTAÇÃO GRÁFICA .....	240
SITUAÇÃO LÍQUIDA .....	240
■ ATOS E FATOS ADMINISTRATIVOS .....	241
CONCEITOS, FATOS PERMUTATIVOS, MODIFICATIVOS E MISTOS .....	241
■ CONTAS.....	244
CONCEITOS, CONTAS DE DÉBITOS, CONTAS DE CRÉDITOS E SALDOS .....	244
■ PLANO DE CONTAS.....	247
CONCEITOS, ELENCO DE CONTAS, FUNÇÃO E FUNCIONAMENTO DAS CONTAS .....	247
■ ESCRITURAÇÃO .....	249
CONCEITOS, LANÇAMENTOS CONTÁBEIS, ELEMENTOS ESSENCIAIS, FÓRMULAS DE LANÇAMENTOS, LIVROS DE ESCRITURAÇÃO, MÉTODOS E PROCESSOS, REGIME DE COMPETÊNCIA E REGIME DE CAIXA .....	249
■ CONTABILIZAÇÃO DE OPERAÇÕES CONTÁBEIS DIVERSAS .....	255
JUROS.....	255
DESCONTOS.....	256
TRIBUTOS .....	256
ALUGUÉIS.....	259
VARIAÇÃO MONETÁRIA/ CAMBIAL .....	261
FOLHA DE PAGAMENTO.....	261
COMPRAS VENDAS E PROVISÕES.....	262
DEPRECIAÇÕES E BAIXA DE BENS .....	263
■ BALANCETE DE VERIFICAÇÃO .....	267
CONCEITOS, MODELOS E TÉCNICAS DE ELABORAÇÃO .....	267
■ BALANÇO PATRIMONIAL .....	270
CONCEITOS E OBJETIVOS.....	270
COMPOSIÇÃO .....	271
■ DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DE EXERCÍCIO .....	272
CONCEITO, OBJETIVO E COMPOSIÇÃO .....	272



<b>LEI Nº 6.404, DE 1976 E SUAS ALTERAÇÕES, LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR E PRONUNCIAMENTOS DO COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC) .....</b>	<b>276</b>
<b>NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE - NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 23 DE SETEMBRO DE 2016.....</b>	<b>285</b>

# NOÇÕES DE DIREITO PENAL

## PRINCÍPIOS BÁSICOS

O Direito Penal é o **conjunto de regras e princípios** que disciplinam a **infração penal**, ou seja, o crime ou delito e a contravenção penal, e a **sanção penal**, isto é, a pena e a medida de segurança.

Tal conceito é de grande importância, uma vez que delimita o objeto e o alcance da matéria, assim como ajuda no estudo e na compreensão da disciplina.

Mas para que serve esse ramo do Direito? Podemos dizer que o Direito Penal serve para tutelar (proteger, cuidar) os principais bens jurídicos (valores materiais ou imateriais, como a vida, liberdade, patrimônio, honra, saúde, entre outros) instituindo sanções para quem infringir suas normas.

### Dica

O Direito Penal faz parte das chamadas Ciências Criminais. Juntamente com o Direito Processual Penal e a Execução Penal, compõe a Dogmática Penal (tratada por alguns autores por Ciências Penais). Por sua vez, a Dogmática Penal, a Criminologia e a Política Criminal interagem entre si, formando o modelo tripartido das Ciências Criminais.

O estudo do Direito Penal dá-se pela análise do Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940) e da chamada legislação penal especial ou extravagante, que consiste nas normas penais contidas em leis fora do Código Penal (como, por exemplo, a Lei de Crimes Ambientais, o Estatuto do Desarmamento, a Lei de Drogas, entre outras).

O Código Penal (CP), que será objeto do nosso estudo, é dividido em duas partes: a parte geral (art. 1º ao art. 120) em que se apresentam os critérios a partir dos quais o Direito Penal será aplicado, isto é, quando determinada conduta vai constituir crime e de que forma deve ser aplicada a sanção, e a parte especial (art. 121 ao art. 359), em que constam os crimes em espécie e as respectivas penas.

Para facilitar o estudo, observe a seguinte divisão didática (apenas didática, uma vez que o Código não está dividido desta maneira):

### ● Parte Geral:

**Arts. 1 ao 12:** Teoria da Norma: Lei penal no tempo e no espaço;

**Arts. 13 ao 31:** Teoria do Crime;

**Arts. 32 ao 106:** Teoria da Pena;

**Arts. 107 ao 120:** Extinção da Punibilidade.

### ● Parte Especial:

**Arts. 121 ao 359:** Crimes em Espécie.

Ou seja, a parte geral do Código Penal é responsável por responder a três perguntas fundamentais:

- O que é o Direito Penal? Teoria da norma penal;
- Quais requisitos jurídicos deve ter o delito? Teoria do crime;
- Quais devem ser as consequências penais do delito? Teoria da pena.

Além disso, apresenta as situações que impedem a punição e promovem a extinção da punibilidade.

A parte especial, por sua vez, apresenta, em 11 títulos, a descrição dos crimes e a cominação das penas.

O estudo da teoria da norma penal inicia-se pelo exame dos **princípios penais**. O conhecimento dos princípios é essencial para se entender a lógica do funcionamento do Direito Penal. Ao estudá-los, é importante ter em mente sua função limitadora, ou seja, servem como garantia do cidadão perante o poder punitivo do Estado, e é por tal razão, dada a sua importância, que os princípios penais encontram-se previstos na Constituição (também chamados de princípios constitucionais do Direito Penal) e em tratados de direitos humanos, como, por exemplo, na Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica).

Os princípios não são somente um conjunto de valores, diretrizes ou instruções de cunho ético ou programático. Os princípios são normas de aplicação prática: têm caráter imperativo (cogente). Estão em posição de superioridade às regras, orientando a interpretação destas ou impedindo a sua aplicação quando estiverem em contradição aos princípios.

Dentre os princípios aplicáveis ao Direito Penal, dois merecem destaque, por deles se extraírem todos os demais: o **princípio da dignidade da pessoa humana** e o **princípio do devido processo legal**.

O **princípio da dignidade da pessoa humana** é tido como um “superprincípio”, ou seja, nele se baseiam todas as escolhas políticas no Direito: em outras palavras, é um valor que orienta todo o sistema jurídico e prevalece no momento da interpretação de todos os demais princípios e normas (nenhum princípio ou regra de qualquer área do Direito, inclusive na esfera Penal, pode ser contrário a ele). Esse princípio maior se encontra no inciso III, art. 1º, da CF, inserido como **fundamento do Estado Democrático de Direito**:

*Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:*

*[...]*

*III - a dignidade da pessoa humana*

A dignidade humana, na área penal, desdobra-se em dois aspectos:

- O respeito à dignidade da pessoa humana quando esta se torna acusada em um processo-crime;
- O respeito à dignidade do ofendido, que teve seu bem jurídico perdido ou danificado.

A dignidade da pessoa humana só é assegurada quando é observado outro princípio basilar: o **devido processo legal**, que se encontra no inciso LIV, art. 5º, da CF:

**Art. 5º** *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

[...]

*LIV - ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal;*

De forma simples, a consolidação do devido processo legal dá-se quando é assegurado a todos o direito a um processo que segue todas as etapas previstas em lei e que observa todas as garantias constitucionais previstas. Dizer que foi observado o princípio do devido processo legal na esfera penal significa afirmar que houve sucesso na aplicação de todos os princípios processuais penais e processuais penais.

É importante saber que os princípios da dignidade da pessoa humana e do devido processo legal não têm aplicabilidade somente ao Direito Penal, mas alcançam o Direito como um todo. No entanto, produzem reflexos importantíssimos na área Penal e servem de base para todos os demais princípios e normas.

### **Princípio da Legalidade**

Previsto no inciso XXIX, art. 5º, da Constituição, com redação semelhante à do art. 1º, do CP, o princípio da legalidade é a mais importante garantia do cidadão frente ao poder punitivo do Estado, sendo o mais relevante princípio penal.

Compare o princípio conforme exposto na Constituição (art. 5º) e no Código Penal (art. 1º):

**Art. 5º (CF, de 1988)** *Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

[...]

*XXXIX - não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal;*

**Art. 1º (CP)** *Não há crime sem lei anterior que o defina. Não há pena sem prévia cominação legal.*

Ou seja, por força deste princípio, **não há crime (nem contravenção) sem prévia determinação legal, assim como não há pena sem prévia cominação (imposição, prescrição) feita em lei.**

Não confunda o **princípio da legalidade**, previsto no inciso II, art. 5º da CF, segundo o qual “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei” (legalidade em sentido amplo), com o princípio da legalidade criminal que, conforme vimos, se encontra no inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e art. 1º, do CP, segundo o qual não há crime sem lei (legalidade em sentido estrito).

O princípio da legalidade tem quatro funções fundamentais:

- **Proibir a retroatividade da lei penal** (*nullum crimen nulla poena sine lege praevia*);
- **Proibir a criação de crimes e penas pelo costume** (*nullum crimen nulla poena sine lege scripta*);
- **Proibir o emprego da analogia para criar crimes, fundamentar ou agravar penas** (*nullum crimen nulla poena sine lege stricta*);
- **Proibir incriminações vagas e indeterminadas** (*nullum crimen nulla poena sine lege certa*).

O princípio da legalidade criminal apresenta, atualmente, várias esferas de garantia. Dentre estas, as mais relevantes são os **princípios da reserva legal** e da **anterioridade**.

### **Princípio da Reserva Legal**

Ainda de acordo com o inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e o art. 1º, do CP, em matéria penal, **apenas lei em sentido estrito** (aprovada pelo Parlamento, seguindo o procedimento legislativo previsto na CF) **pode criar crimes e sanções** (penas e medidas de segurança). Assim, **apenas leis ordinárias e leis complementares (leis em sentido estrito) podem prever crimes e cominar penas**: Emendas constitucionais, Medidas Provisórias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos e Resoluções **não podem ser usadas**.

### **Princípio da Anterioridade**

Previsto também no inciso XXXIX, art. 5º, da CF, e art. 1º, do CP, o princípio da anterioridade determina que, antes da prática do crime, deve haver prévia definição em lei (estabelecendo, ainda, a pena cabível). Quem pratica a conduta criminosa deve saber de antemão que o ato se trata de conduta criminosa e sua consequência. Em outras palavras, a lei penal nova deve entrar em vigor antes do fato criminoso e se aplica apenas para os fatos ocorridos após sua vigência.

## Princípio da Aplicação da Lei Mais Favorável (Retroatividade da Lei Penal Benéfica ou, ainda, Irretroatividade da Lei Penal)

A regra geral impõe que as leis têm sua validade voltada para o futuro, ou seja, são irretroativas. Por que tal regra? Porque, em caso contrário, haveria enorme insegurança jurídica, correndo-se o risco de a sociedade (destinatária da norma) ser surpreendida a todo instante. O inciso XL, art. 5º, da CF, e o art. 2º, do CP, apresentam uma exceção válida somente no Direito Penal. Observe como o princípio vem disposto na Constituição Federal e no Código Penal:

CF	CP
<b>Art. 5º</b> Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...] XL - a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu	<b>Art. 2º</b> Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória. <i>Parágrafo único.</i> A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado

Trata-se do “princípio-exceção” da retroatividade da lei penal mais benéfica: a norma penal mais benéfica ao agente do crime retroage, sendo aplicável a casos em curso ou já definitivamente sentenciados. Trata-se de assunto pertinente ao tema “Lei penal no tempo”, que será visto mais adiante.

Os princípios que até agora vimos são os mais relevantes (portanto, os mais cobrados) no que diz respeito à aplicação da lei penal. Podemos resumi-los da seguinte forma:

PRINCÍPIO	PREVISÃO LEGAL	SIGNIFICADO
Dignidade da pessoa humana	Inciso III, art. 1º, CF	O Direito Penal deve garantir a dignidade humana, limitando os excessos do Estado (“superprincípio”)
Devido processo legal	Inciso LIV, art. 5º, CF	A aplicação da lei penal só pode se dar seguindo todas as etapas previstas em lei e observando todas as garantias constitucionais previstas
Legalidade penal	Inciso XXXIX, art. 5º, CF, e art. 1º, CP	Não há crime (nem contravenção) sem prévia determinação legal, assim como não há pena sem prévia cominação em lei
Reserva legal	Inciso XXXIX, art. 5º, CF e art. 1º, CP	Apenas lei em sentido estrito pode criar crimes e cominar penas
Anterioridade	Inciso XXXIX, art. 5º, CF e art. 1º, CP	A lei penal nova deve entrar em vigor antes do fato criminoso e se aplica apenas para os fatos ocorridos após sua vigência
Retroatividade da lei penal benéfica	Inciso XL, art. 5º, CF e art. 2º, CP	É um princípio-exceção. A regra geral é que as leis tenham validade voltada para o futuro. Só a lei penal favorável ao agente retroage

Além dos princípios vistos, existem outros que dizem respeito à aplicação da pena (como o da individualização da pena e da humanidade) ou à teoria do crime (como o da intervenção mínima e o da taxatividade, por exemplo).

### Taxatividade ou da Determinação

Diz respeito à técnica de elaboração da lei penal, que deve ser suficientemente clara e precisa na formulação do conteúdo do tipo legal e no estabelecimento da sanção para que exista real segurança jurídica.

Tal assertiva constitui postulado indeclinável do Estado de direito material: democrático e social.

O princípio da taxatividade é uma consequência do princípio da legalidade: de nada adianta estabelecer a conduta delituosa em lei se a definição do crime é vaga, confusa, ampla demais ou, ainda, dá margem a mais de uma interpretação, o que gera insegurança e fere a legalidade.

### Princípio da Exclusiva Proteção dos Bens Jurídicos

Conforme vimos anteriormente, a função do Direito Penal é proteger bens jurídicos. De acordo com tal princípio, dentro do Estado Democrático de Direito, a interferência do Direito Penal na liberdade dos cidadãos só é legítima para proteger os bens jurídicos.

## Princípio da Intervenção Mínima ou da Subsidiariedade ou do Direito Penal Mínimo

O Direito Penal deve tutelar apenas os bens jurídicos mais relevantes, intervindo apenas o mínimo necessário nos conflitos sociais e na liberdade dos indivíduos. Em outras palavras, a força punitiva do Estado deve ser utilizada apenas como último recurso (*ultima ratio*).

## Princípio da Pessoaalidade ou da Personalidade ou da Responsabilidade Pessoal ou da Intranscendência da Pena

Encontra-se previsto no inciso XLV, art. 5º, CF:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]*

*XLV - nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, até o limite do valor do patrimônio transferido;*

Tal princípio define que a pena de um agente condenado não pode ser transferida para outra pessoa, ou seja, apenas o indivíduo sentenciado pode ser responsabilizado pela conduta criminosa praticada. Não importa o tipo da pena (privativa de liberdade ou multa): apenas o autor da infração penal pode ser apenado, esta é a regra.

No entanto, o próprio inciso XLV traz uma exceção: nas hipóteses previstas nos incisos I e II e no § 1º, do art. 91, do Código Penal (que estabelece como efeitos da condenação o dever de indenizar o dano causado e o perdimento de determinados bens), mesmo com o falecimento do condenado a obrigação de reparar o dano e a decretação do perdimento de bens alcançam os sucessores até o limite do valor do patrimônio transferido.

### Importante!

Vimos acima a questão da responsabilidade pessoal: mas e as pessoas jurídicas, respondem na esfera penal? Sim, atualmente, somente em relação aos crimes ambientais. A **responsabilidade penal da pessoa jurídica** é prevista na Lei Ambiental, Lei nº 9.605, de 1998, em seu art. 3º. A Constituição Federal prevê a possibilidade da responsabilização criminal da pessoa jurídica em duas hipóteses: nos crimes ambientais e nos crimes econômicos (§ 3º, arts. 173 e 225, CF) mas apenas o primeiro encontra-se regulamentado e, portanto, pode ser aplicado.

## Princípio da Individualização da Pena

Garante que o Direito Penal seja aplicado em cada caso concreto, tendo em vista particularidades como a personalidade do agente e o grau de lesão ao bem

jurídico (impede, pois, a generalização da aplicação da pena). Tal princípio está expresso no inciso XLVI, art. 5º, CF:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: [...]*  
*XLVI - a lei regulará a individualização da pena [...].*

A pena deve ser individualizada em três planos: legislativo, judicial e executório. Isto é, o princípio da individualização da pena dá-se em três momentos na esfera penal:

- **Cominação:** a primeira fase de individualização da pena inicia-se com a seleção feita pelo legislador, quando escolhe para fazer parte do pequeno âmbito de abrangência do Direito Penal aquelas condutas, positivas ou negativas, que atacam nossos bens mais importantes. Uma vez feita essa seleção, o **legislador valora as condutas, apresentando penas de acordo com a importância do bem a ser tutelado;**
- **Aplicação:** tendo o julgador **chegado à conclusão** de que o fato praticado é típico, **ilícito** e culpável, dirá qual a infração praticada e começará, agora, a **individualizar a pena** a ele correspondente, observando as determinações contidas no art. 59, do Código Penal (método trifásico);
- **Execução Penal:** a execução não pode igual para todos os presos, justamente porque as pessoas não são iguais, mas sumamente diferentes, e tampouco a execução pode ser homogênea durante todo período de seu cumprimento. **Individualizar a pena, na execução, consiste** em dar a **cada preso** as **oportunidades** para **lograr** a sua **reinserção social**, posto que é pessoa, ser distinto.

## Princípio da Proporcionalidade da Pena ou da Razoabilidade ou da Proibição de Excesso

Deve existir sempre uma medida de justo equilíbrio entre a gravidade do fato praticado e a sanção imposta: a pena deve ser proporcionada ou adequada à magnitude da lesão ao bem jurídico representada pelo delito e a medida de segurança à periculosidade criminal do agente.

A observância deste princípio impede que o Direito Penal intervenha de forma desnecessária ou excessiva na esfera individual, gerando danos mais graves do que os necessários para a proteção social.

Esse princípio tem duplo destinatário:

- O Poder Legislativo: que tem de estabelecer penas proporcionadas, em abstrato, à gravidade do delito;
- Juiz: as penas que os juízes impõem ao autor do delito têm de ser proporcionais à sua concreta gravidade.

## Princípio da Humanidade da Pena ou da Limitação das Penas

Em um Estado de Direito democrático, veda-se a criação, a aplicação ou a execução de pena, bem como de qualquer outra medida que atentar contra